



**ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS DE COMUNIDADES INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS**

Raimundo Abimael Ferreira Dos Santos e Prof. Ms. André Freire Azevedo

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver atividades interdisciplinares de educação em direitos humanos que, baseadas nos marcos teóricos da assessoria jurídica universitária popular, promovam a capacitação para a defesa dos direitos das comunidades indígenas do baixo Tapajós. Para tanto, buscamos levantar, junto aos povos envolvidos, as demandas por conhecimento de direitos que envolvem os povos indígenas, bem como promover oficinas de elucidação sobre o funcionamento do Estado, seus distintos poderes, órgãos e suas competências, de modo a dar instrumentos para que as comunidades indígenas reivindiquem direitos. O NAJUP, desde a sua primeira reunião de apresentação, dia 03 de outubro de 2017, quando se reuniu com as lideranças indígenas da grande região do Baixo Tapajós, no Centro Indígena Maíra na Santarém-Cuiabá, vem de forma constante atuando junto aos povos da região do Baixo Tapajós e outras regiões, na árdua batalha pela defesa de seus direitos que são violados. O NAJUP atua de forma respeitosa com os povos indígenas e, sempre que é acionado, acompanha suas demandas. Reforçamos aqui que a Convenção 169 da OIT é basilar para nossas atividades. Durante a execução do projeto, o NAJUP, foi acionado para assessorar o caso de urgência em questão e a violação dos direitos da educação dos indígenas do município de Belterra em que o prefeito Jociclélcio Macêdo se mostrava irredutível almejava repassar responsabilidade da educação indígena para o Estado. Por fim, realizaremos o evento 20 anos de resistência, com formação em direitos indígenas a ser realizado na aldeia de Taquara no dia 1 de agosto de 2018. O trabalho, desenvolvido junto às aldeias/comunidades, ao Conselho Indígena Tapajós Arapiuns – CITA e ao Conselho Indígena Munduruku Belterra – CIMB, deverá proporcionar um acervo de documentos para a prática de discussão contínua de Direitos Humanos e direitos Indígenas nas comunidades, elaborados pelos próprios moradores destes locais em parceria com o NAJUP e outros parceiros. Entendemos que é importante a manutenção dessas atividades de formação como meio de esclarecimento e empoderamento desses grupos – que, embora tenham um conhecimento mínimo do direito em sentido técnico, executam de maneira admirável o direito em todas as esferas nas suas comunidades, mesmo que à sua maneira. O cidadão que obtém as informações sobre os seus direitos pode utilizá-los como uma ferramenta para a sua defesa e do coletivo.